



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA - <https://www.tre-ma.jus.br>

<b>PROCESSO</b>	: 00096666-90.2021.6.27.8000
<b>INTERESSADO</b>	: COMISSÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS DE TIC SEÇÃO DE SUPORTE A REDES LOCAIS COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
<b>ASSUNTO</b>	: PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

**Parecer nº 1463 / 2025 - TRE-MA/PRES/DG/ASJUR**

Senhor Diretor,

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo de vigência do Contrato n.º 17/2021, firmado com a empresa VIACOM NEXT GENERATION COMUNICAÇÃO LTDA, que tem por objeto a *prestação de serviço de circuitos dedicados de internet de 100 mbps com proteção anti-DDoS para interligação das redes locais de comunicação de dados da sede do TRE/MA e o Fórum Eleitoral deste Tribunal*.

Conforme Cláusula Segunda, Item 2.1, do Quarto Termo Aditivo (doc. n.º 2254585), o pacto findar-se-á em **10/11/2025**.

Consta dos autos a anuência da contratada quanto à renovação, bem como de manifestação pela não aplicação do reajuste (docs. n.º 2484299 e 2503853):

*Em atenção ao e-mail referente ao Contrato n.º 17/2021, que tem por objeto a prestação de serviços de circuitos dedicados de internet de 100 Mbps com proteção anti-DDoS, a empresa VIACOM NEXT GENERATION COMUNICAÇÃO LTDA manifesta, por meio deste, seu interesse na prorrogação contratual pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir do término da atual vigência em 10/11/2025, mantidas todas as condições originalmente pactuadas.*

[...]

*Prezados, concordamos com a manutenção do valor sem aplicar reajuste.*

Quanto à demonstração da vantajosidade, foram anexadas pesquisas de preços junto ao mercado, conforme evidencia o documento n.º 2505436 (mapa geral de preços).

O fiscal técnico destacou a conveniência da prorrogação e a manutenção do valor vigente, sem aplicação de índices de reajuste (doc. n.º 2505462).

As certidões fiscais e trabalhistas da empresa VIACOM NEXT GENERATION COMUNICAÇÃO LTDA encontram-se regulares e não foram verificados impedimentos ou ocorrências impeditivas de contratação com o TRE/MA, consoante declaração atualizada extraída do SICAF (doc. n.º 2518381).

Acerca da disponibilidade de recurso, a Seção de Programação e Execução Orçamentária - SEPEO (doc. n.º 2509489) consignou:

[...]

*em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/00, de 04.05.00) e a LOA 2025 (Lei n.º 15.121, de 10 de abril de 2025), o **saldo atualmente disponível será suficiente para custear a presente despesa** com a contratação de serviços de circuitos dedicados de internet, conforme pré-empenho: 170/2025.*

*A despesa deverá ser enquadrada na seguinte dotação: Ação Orçamentária: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral; UGR: 070162 - SERED; Natureza da Despesa: 33.90.40 - Serviços de TIC - Pessoa Jurídica; Plano Interno: TIC COMRED.*

Feitas estas considerações iniciais, passa-se à análise dos aspectos jurídicos relativos à prorrogação, levando em conta a premissa de que os de natureza técnica e orçamentária encontram-se superados com as manifestações dos setores responsáveis e servidores signatários.

Inicialmente, acerca da continuidade dos serviços, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Professor Marçal Justen Filho<sup>[1]</sup>, ensina que:

*[...] a identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. **A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita.** Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro.*

*Estão abrangidos não apenas os serviços essenciais, mas também as necessidades públicas permanentes relacionadas com atividades de menor relevância (tal como limpeza, por exemplo). **O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço. (grifos nossos)***

Com efeito, constata-se que o *serviço de circuitos dedicados de internet de 100 mbps com proteção anti-DDOS para interligação das redes locais de comunicação de dados da sede do TRE/MA e o Fórum Eleitoral deste Tribunal* possui natureza contínua, não podendo este Tribunal prescindir do mesmo. Ressalte-se, inclusive, que a atividade encontra-se no rol da Resolução TRE-MA n.º 9.477/19, que dispõe sobre a contratação dos serviços de execução continuada no âmbito deste Regional, senão vejamos:

*Art. 1º Definir os serviços continuados a serem prestados ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, as seguintes contratações, cujos contratos necessitem estender-se por mais de um exercício financeiro, a fim de garantir a continuidade de atividades essenciais, passíveis de adequação ao disposto no inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/93.*

*Parágrafo único. São considerados serviços de natureza contínua do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão:*

*[...]*

*III - serviços de comunicação de dados;*

*[...]*

Sobre o tema, o art. 57, inciso II, § 2º, da Lei nº 8.666/93, estabelece o seguinte:

*Art. 57 - A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*[...]*

***II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para Administração, limitada a sessenta meses;***

*[...]*

*§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. **(grifo nosso)***

No mesmo sentido, a Resolução TRE-MA n.º 9.477/2019 assim dispõe:

*Art. 3º O prazo inicial de vigência dos contratos de serviços continuados será, preferencialmente, de 12 (doze) meses e estão restritos aos limites estabelecidos nos incisos I, II, IV e V do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.*

*Parágrafo único: A prorrogação de prazo de vigência de contrato somente ocorrerá se:*

*1. Constar a sua previsão no contrato;*

*2. Houver interesse da Administração;*

*3. For comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação e qualificação exigidas na licitação;*

*4. For constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração;*

*5. For comprovada a previsão e dotação orçamentária;*

*6. Estiver justificada e motivada por escrito, em processo correspondente;*

A Cláusula Sexta do Contrato n.º 17/2021 (doc. n.º 1556056), por sua vez, estabelece que:

*CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE*

*6.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, com início no primeiro dia útil após a data de publicação do extrato de contrato no DOU, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, desde que haja condições e preços vantajosos para o TRE-MA, consoante dispositivos da Lei nº 8.666/93.*

[...]

Da leitura dos dispositivos citados, observa-se que os contratos administrativos executados de forma contínua podem ser prorrogados, desde que os serviços tenham sido prestados regularmente, haja interesse da Administração na realização da atividade, o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso e a contratada manifeste expressamente o interesse na prorrogação. Além disso, deve-se verificar se a empresa continua em condições de contratar com o Poder Público, bem como se não há sanções aplicadas que possam impedir a renovação.

Diante das razões expostas, cumpridos que foram os requisitos legais e contratuais, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela viabilidade da prorrogação, por mais 12 (doze) meses, da vigência do Contrato n.º 17/2021, *sopesados os critérios de conveniência e oportunidade da Administração*, com amparo no artigo 57, inciso II e § 2º, da Lei n.º 8.666/93; nos artigos. 1º, parágrafo único, III, e 3º da Resolução TRE-MA n.º 9.477/2019; e na Cláusula Sexta do aludido pacto, firmado entre as partes signatárias.

Por derradeiro, orienta-se que o aditivo inclua cláusula que informe a manutenção do valor do contrato sem reajuste, considerando a manifestação da empresa.

São Luís/MA, *datado e assinado eletronicamente*.

Marcelo Lira de Carvalho Nóbrega  
Técnico Judiciário

De acordo.  
Ao Diretor Geral.

Adelina Maria Leite Assis  
Assessora Jurídica Chefe Substituta

Após ciência, submeto à consideração do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente.

**KLAYTON NOBORU PASSOS NISHIWAKI**  
**Diretor - Geral**

[1] JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo: 2016, pág. 1109.



Documento assinado eletronicamente por **ADELINA MARIA LEITE ASSIS, Analista Judiciário**, em 22/07/2025, às 14:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO LIRA DE CARVALHO NÓBREGA, Técnico Judiciário**, em 22/07/2025, às 14:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KLAYTON NOBORU PASSOS NISHIWAKI, Diretor Geral**, em 22/07/2025, às 19:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2518382** e o código CRC **DF136599**.

0009666-90.2021.6.27.8000	2518382v5
---------------------------	-----------

